



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007146-36.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
 Requerente: **Elizete Soares da Rocha e outro**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que os autores pedem indenização por danos materiais (ressarcimento dos valores relativos às operações questionadas) e morais (transtornos experimentados) decorrentes de operações bancárias fraudulentas realizadas em seu nome.

Os autores trouxeram aos autos elementos suficientes para firmar verossimilhança em suas alegações, quais sejam, o boletim de ocorrência (fls. 15/16) e a impugnação feita administrativamente (fls. 17/19).

Por tal razão às fls. 121 houve a inversão do ônus probatório com fulcro no art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, salvo no que toca aos danos que os autores disseram ter experimentado.

Tendo em vista que a ré não interpôs agravo de instrumento contra o *decisum* acima, na forma do art. 1.015, XI do Código de Processo Civil, forçoso reconhecer que a referida decisão estabilizou-se.

Consequentemente, competia à ré comprovar a regularidade das transações, ônus de que não se desincumbiu satisfatoriamente no caso em tela.

1007146-36.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Cabe mencionar que o sistema de segurança das instituições financeiras não é infalível, mesmo que as operações tenham se dado com uso de cartão de chip e senha, o que se explica facilmente pela utilização dos chamados cartões clonados.

Confira-se: "Direito processual civil. Ação de indenização. Saques sucessivos em conta corrente. Negativa de autoria do correntista. Inversão do ônus da prova. - É plenamente viável a inversão do ônus da prova (art. 333, II do CPC) na ocorrência de saques indevidos de contas-correntes, competindo ao banco (réu da ação de indenização) o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. - Incumbe ao banco demonstrar, por meios idôneos, a inexistência ou impossibilidade de fraude, tendo em vista a notoriedade do reconhecimento da possibilidade de violação do sistema eletrônico de saque por meio de cartão bancário e/ou senha. - Se foi o cliente que retirou o dinheiro, compete ao banco estar munido de instrumentos tecnológicos seguros para provar de forma inegável tal ocorrência. Recurso especial parcialmente conhecido, mas não provido." (REsp 727.843/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2005, DJ 01/02/2006, p. 553)

Deve ser reconhecido, pois, que as operações bancárias impugnadas na inicial são fraudulentas, impondo-se o ressarcimento do dano material a elas correspondente, inclusive com base em responsabilidade objetiva nos termos da Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

No que toca ao dano moral, porém, os autores não comprovaram a sua ocorrência.

O dano moral é bem entendido como o dano extrapatrimonial, isto é, a lesão a interesse não diretamente suscetível de avaliação econômica (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Com a devida vênia aos autores, no presente caso a recusa da ré ao ressarcimento não foi comportamento capaz de ensejar o dano moral indenizável. Mesmo em razão de circunstâncias concretas que eliminam ou reduzem o grau de culpabilidade no comportamento da fornecedora: por exemplo, algumas das operações questionadas ocorreram em estabelecimentos frequentados pela autora, consoante depoimento pessoal dela própria: União Serve da Vila Nery; Farmácia do Rosário da Vila Nery. Não houve, ainda, tratamento desrespeitoso para com os autores.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar o réu Itaú Unibanco S/A a pagar aos autores R\$ 1.966,40, com atualização monetária pela Tabela do TJSP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

desde a propositura da ação, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 22 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**